

O RETORNO INDIGNO E ILUSÓRIO: A POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO DE FAVELAS DO GDF

Sem sombra de dúvidas, existe hoje por parte do Governo do Distrito Federal, uma conspiração contra a pobreza. Uma conspiração que caracteriza-se por um conjunto de ações perversas, tais como o aumento abusivo das passagens de ônibus, a erradicação violenta de favelas e invasões e a destinação dos recursos governamentais para a execução de obras suíças e de prioridade duvidosa, ao invés de destiná-los à superação dos graves problemas de saúde (vide HDB), educação, habitação, emprego, entre outros.

Paradoxalmente, o D.F. é a unidade da Federação que reúne as melhores condições para um encaminhamento positivo das questões urbana e habitacional. Cerca de 70% do solo é de sua propriedade e existe a disponibilidade de terra urbana devidamente infra-estruturada para assentar em torno de 350.000 pessoas em Samambaia e no entorno imediato das cidades satélites e do Plano Piloto. Todavia, o que se observa, é um governador vaidoso, preocupado com sua imagem "post-mortem", qual um faraó, a construir monumentos que nem mesmo ele sabe ao certo a destinação (vide recente episódio do Museu do Índio transformado repentinamente em Museu de Arte Moderna).

O programa "retorno com dignidade", executado pela Secretaria de Serviços Sociais, nada mais é do que uma fachada para a derrubada de moradias dos "indesejáveis", e seu confinamento em locais distantes do emprego e do estudo, fora do D.F., a distâncias de mais de 70 km, em áreas sem qualquer infra-estrutura urbana e social. Literalmente no meio do cerrado insólito, inaugurando o que denominamos de "lógica de exportação de favelas".

O referido programa não resiste sequer a análises superficiais, na medida em que é baseado em pressupostos obsoletos e autoritários, contrários à realidade e à magnitude dos fatos. A urbanização brasileira é fato inexorável e irreversível dos fatos. A urbanização brasileira é fato inexorável e irreversível historicamente. Estão aí para demonstrar isto as estatísticas e pesquisas desenvolvidas pelo próprio governo, Universidades e instituições nacionais e internacionais (ONU, CEPAL), voltadas para a questão urbana. É inadmissível que populações penalizadas pelos baixíssimos salários e pelas precárias condições de vida já verificadas no D.F., recebam ainda o pesado ônus de se deslocar 140 km (ida e volta) para conseguir trabalhar e prover o sustento de suas famílias.

O "retorno com dignidade" do G.D.F., é indigno e anti-social e por que não dizer fascista e delirante. A urbanização do D.F. deve ser tratada não como um problema, mas como um fato que pode ser potencializado, na medida em que as políticas públicas se voltam para fomentar a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida, ao invés de contemplarem obras superficiais e inócuas, e darem sustentação a propostas governamentais dissociadas dos interesses da grande maioria da população.

O D.F. recebe a cada ano cerca de 70.000 migrantes em uma avaliação conservadora. O que fazer com eles? Tange-los como gado? Ceifar-lhes o direito elementar de procurar uma vida melhor? Os que agora são quase que degradados voltarão, e muitos outros virão. Pela razão simples e óbvia de que é aqui que existem condições concretas, mesmo que precárias, para sua sobrevivência. Não adianta tentar tapar o sol com a peneira. É necessário mudar. É necessário que saíamos das trevas, e a questão social não seja tratada como um caso de polícia.

Brasília, julho de 1988

Sindicato dos Arquitetos do D.F.

IV ENCONTRO DE ARQUITETOS DO DISTRITO FEDERAL

PROGRAMAÇÃO:

Dia 29/07

20:00 hs ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Dia 30/07

9:00 hs às 12:00 hs - GRUPOS DE TRABALHO

14:00 hs às 18:00 hs - RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

PLENÁRIA

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS PARA O 13º ENSAE III CECUT

LOCAL:

SEDE IAB/DF - SADF

SGAS Q. 603 LOTE 21

CONCURSO PÚBLICO NA UNB

O SADF, em defesa dos interesses dos arquitetos, ao saber que fora realizado Concurso Público para o cargo de professor auxiliar do Deptº de Arquitetura da UnB, neste primeiro semestre de 1988, sem que houvesse inexpressiva divulgação para a categoria, manifestou sua preocupação com relação à ínfima participação de profissionais à Direção do Instituto de Arquitetura e Urbanismo/UnB, solicitando a anulação daquele concurso, visando a realização de um outro, com ampla divulgação e participação dos profissionais arquitetos. Esclareça-se que no

Calcula-se que cerca de 100 arquitetos estejam prestando serviços ao GDF através de diversos convênios, que envolvem empresas públicas, como a NOVACAP, por exemplo, como empregadoras, e outras empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações como fontes pagadoras e locais da prestação de serviços, na maioria dos casos. Estes arquitetos mantêm-se "por um fio" aonde estão, não têm nenhuma estabilidade e, ao sabor dos interesses de suas chefias, são sumariamente demitidos (ou não têm renovados os contratos de trabalho), numa situação vexaminosa, onde os expedientes mais vis são usados para a manutenção dos empregos (como a perda "voluntária" dos direitos relativos à gravidez, no caso de arquitetas, como ocorreu na FHDF). É uma situação à qual o SADF se opõe frontalmente, pois representa uma "expansão" do mercado de trabalho

Tesouraria

Liberdade e autonomia sindical, se constroem com independência financeira. O pagamento das anuidades, é imprescindível para a sobrevivência do sindicato.

Se você está em atraso, colabore com a construção de sua entidade, participando das atividades e acertando sua situação junto a tesouraria.

citado Concurso Público para professor auxiliar poderiam inscrever-se qualquer profissional portador do diploma de graduação em Arquitetura. Sendo assim, poderia ter tido a participação de dezenas de profissionais arquitetos, interessados na oportunidade de entrada no Magistério Superior de Arquitetura. O SADF luta, neste caso, para que a instituição do Concurso Público ganhe a credibilidade essencial como a forma mais democrática de ingresso no Serviço Público.

CONVÊNIOS DO GDF

às custas da dignidade do trabalhador arquiteto. Exigimos a imediata incorporação desses companheiros aos quadros das empresas públicas e fundações nas quais trabalham, de forma definitiva! Esclareça-se que, em alguns casos, o "emprego de convênio" já perdura por três anos, e os arquitetos continuam dependendo de políticas de pessoal fascistas, que mais lembram feitorias escravagistas que repartições públicas. Raymundo Faoro define bem essa mentalidade: são os "donos do poder", que tratam a coisa pública como sua propriedade exclusiva, negando os direitos dos verdadeiros trabalhadores. Convocamos os companheiros arquitetos que participam dos convênios do GDF a participarem do I Encontro de Arquitetos do DF, quando poderemos traçar encaminhamentos de questões trabalhistas que ainda não são do nosso conhecimento.

A REFORMA ADMINISTRATIVA DO GDF

na Capital do País.

Os feudos eleitorais nas cidades-satélites já estão sendo organizados, a toque de caixa. José Aparecido quer "fazer" a primeira bancada da Assembléia Legislativa Distrital. E os Objetivos Governamentais? Qual a proposta do Governo do DF para o fortalecimento da democracia na estrutura de governo? Quais os objetivos das políticas econômicas, de saúde, de educação, culturais, de segurança (da população)?

Sobram monumentos e falta competência administrativa.

O SADF repudia a Reforma Administrativa do GDF tal como está sendo feita, associada a um arremedo de consulta popular, através de sindicatos e outras organizações representativas da sociedade civil. Que o Governo Aparecido mostre os objetivos reais dessa reforma, a viabilidade das privatizações e sua real extensão, os objetivos de governo associados às novas estruturas administrativas! As forças democráticas ansiam pelo fim desse governo de faz-de-conta, que se presta apenas à vaidade de meia dúzia de palacianos, fazendo da miséria do povo o mais torpe monumento de Brasília.